

ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

3 horas após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2501305979M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Ministério Público da União
MPU

CARGO:

Analista do MPU – Direito

MODELO/BANCA:

FGV

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

2/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

2/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**MPU – 2º SIMULADO – CARGO: A07 –
ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)****Língua Portuguesa****Letícia Bastos****1**

"Embora enfrentando dificuldades, a equipe manteve o foco e entregou o projeto no prazo." A ideia central expressa no texto é:

- (A) A superação de adversidades só é possível com planejamento adequado.
- (B) O prazo do projeto foi ajustado devido às dificuldades enfrentadas.
- (C) A equipe não conseguiu superar todas as dificuldades apresentadas.
- (D) O projeto foi entregue fora do prazo, mas com alta qualidade.
- (E) Apesar das dificuldades, a equipe cumpriu o prazo estipulado para o projeto.

2

"A inovação não está apenas em criar algo novo, mas em encontrar novos significados para o que já existe." A partir do texto, é correto afirmar que:

- (A) A criação de algo novo é o único caminho para a inovação verdadeira.
- (B) A inovação ocorre quando o novo substitui completamente o antigo.
- (C) Inovação também envolve ressignificar elementos já existentes.
- (D) O processo de inovação é exclusivamente técnico e voltado para invenções.
- (E) A inovação exige a superação total de conceitos anteriores.

3

"A liderança eficaz não se baseia em controle, mas em influência e inspiração." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A liderança eficaz requer o controle absoluto das situações.
- (B) A liderança eficaz está relacionada à capacidade de influenciar e inspirar.
- (C) O controle é o principal elemento de uma liderança eficaz.
- (D) A influência e a inspiração são complementares ao controle na liderança eficaz.
- (E) A liderança eficaz dispensa qualquer forma de controle e organização.

4

"A introdução apresenta o contexto, o desenvolvimento expõe os argumentos e a conclusão sintetiza as ideias principais." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A introdução é destinada exclusivamente à apresentação de argumentos.
- (B) A estrutura mencionada reflete a organização típica de um texto dissertativo.
- (C) A conclusão de um texto deve conter todos os argumentos apresentados no desenvolvimento.
- (D) O desenvolvimento é a parte do texto que contém apenas exemplos ilustrativos.
- (E) A estrutura apresentada é específica de textos narrativos e descritivos.

5

"O discurso bem estruturado conecta ideias de maneira lógica e utiliza referências que dialogam com outros textos ou contextos." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A coesão é suficiente para garantir a coerência de um texto.
- (B) A intertextualidade dispensa a necessidade de coesão e coerência no texto.
- (C) A coerência de um texto é alcançada exclusivamente pelo uso de conectores lógicos.
- (D) A coesão textual é definida pela inclusão de citações externas ao texto.
- (E) A intertextualidade ocorre quando o texto estabelece relações com outros textos ou contextos.

6

Para preparar o café, aqueça a água até quase ferver, adicione o pó e coe lentamente." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto é predominantemente descritivo, pois detalha as características do café.
- (B) Trata-se de um texto narrativo, pois descreve uma sequência de eventos com personagens.
- (C) O texto apresenta características argumentativas, defendendo uma opinião sobre como preparar café.
- (D) O texto tem caráter injuntivo, pois orienta o leitor sobre como realizar uma ação.
- (E) Trata-se de um texto expositivo, que explica teorias sobre o preparo de café.

7

"A tarde caía lentamente, tingindo o horizonte de tons alaranjados, enquanto o vento sussurrava histórias esquecidas." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações objetivas sobre o pôr do sol.
- (B) O texto exemplifica um relato técnico, voltado à descrição de um fenômeno natural.
- (C) É um texto literário, pois utiliza linguagem figurada para criar um efeito estético.
- (D) O texto caracteriza-se como instrucional, pois orienta o leitor a observar o pôr do sol.
- (E) Trata-se de uma crônica jornalística, com ênfase na objetividade e clareza da informação.

8

"A leitura, fonte de conhecimento, amplia horizontes." Considerando o texto, é correto afirmar que:

- (A) O deslocamento de "fonte de conhecimento" para o início da frase preserva o sentido original, mas altera a clareza do texto.
- (B) A substituição de "fonte de conhecimento" por "que é uma fonte de conhecimento" mantém o sentido original da frase.
- (C) A exclusão da expressão "fonte de conhecimento" não altera o sentido geral da frase.
- (D) A frase é incorreta, pois o termo "amplia" exige complemento direto explícito.
- (E) O termo "horizontes" pode ser deslocado para o início da frase sem prejuízo para o sentido original.

9

O professor afirmou: "O estudo constante é a base para o sucesso." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto utiliza o discurso direto, pois apresenta a fala do professor de forma literal.
- (B) O texto apresenta o discurso indireto, pois adapta a fala do professor ao narrador.
- (C) Trata-se de discurso indireto livre, pois há interferência do narrador na fala do professor.
- (D) A fala do professor é parafraseada, configurando um caso de discurso citado.
- (E) O discurso exemplifica um relato, sem utilização de discurso direto ou indireto.

10

"Compre já o novo smartphone com câmera de alta resolução e design inovador!" A principal função da linguagem predominante no texto é:

- (A) Metalinguística, pois reflete sobre o próprio código linguístico utilizado.
- (B) Referencial, por apresentar informações objetivas sobre o smartphone.

(C) Conativa ou apelativa, pois busca persuadir o receptor a realizar a compra.

(D) Emotiva, ao enfatizar as impressões pessoais sobre o produto anunciado.

(E) Fática, já que testa a funcionalidade do canal de comunicação com o receptor.

11

"Ao ligar o rádio, ouvi a mensagem: 'A previsão do tempo para hoje é de chuva intensa'." No texto apresentado, o elemento predominante na comunicação é:

- (A) O canal, pois o rádio é o meio que transporta a mensagem ao receptor.
- (B) O emissor, pois quem fornece a informação sobre a previsão do tempo é essencial.
- (C) A mensagem, pois o conteúdo transmitido é o foco principal do enunciado.
- (D) O código, já que a linguagem falada organiza e dá sentido ao enunciado.
- (E) O receptor, que interpreta e reage à mensagem recebida pelo rádio.

12

"O termo 'reencontro' revela uma ação repetida, com base na ideia de encontrar novamente algo ou alguém." Sobre o processo de formação da palavra "reencontro", é correto afirmar que:

- (A) É formada por composição, devido à junção de dois radicais independentes.
- (B) Trata-se de um exemplo de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.
- (C) Resulta de composição por aglutinação, pois há alteração fonética nos elementos combinados.
- (D) É um caso de derivação prefixal, pela adição do prefixo "re-" ao radical "encontro".
- (E) Configura um caso de hibridismo, já que combina elementos de línguas diferentes.

13

"No cotidiano, é comum utilizarmos palavras abreviadas, como 'foto' em vez de 'fotografia'." Sobre o processo de formação da palavra "foto", é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um caso de abreviação, em que parte da palavra original é suprimida.
- (B) É formada por siglagem, pois condensa elementos iniciais das palavras que a originam.
- (C) Configura um caso de composição, pela união de dois radicais com alteração de significado.
- (D) Resulta de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.
- (E) É um exemplo de truncamento, típico de expressões populares e informais.

14

"A adoção de palavras como 'delivery' no cotidiano demonstra o impacto da globalização na língua." Sobre o vocábulo "delivery", é correto afirmar que:

- (A) É um neologismo criado a partir da combinação de elementos de línguas distintas.
- (B) É um estrangeirismo, pois foi incorporado ao português mantendo sua grafia original.
- (C) Configura um arcaísmo, por ser um termo em desuso em seu idioma de origem.
- (D) Trata-se de um latinismo, já que deriva diretamente do latim.
- (E) É um exemplo de empréstimo linguístico adaptado ao português.

15

"O rápido crescimento da cidade trouxe novos desafios à administração pública." No trecho apresentado, a palavra "rápido" é classificada como:

- (A) Verbo, pois indica uma ação relacionada ao crescimento.
- (B) Substantivo, já que caracteriza o crescimento como uma entidade.
- (C) Advérbio, porque modifica o substantivo "crescimento".
- (D) Adjetivo, pois atribui uma qualidade ao substantivo "crescimento".
- (E) Preposição, devido à relação estabelecida com o termo "crescimento".

Noções de Sustentabilidade

Otoniel Linhares

16

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 dispõe que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à qualidade de vida e estabelece deveres tanto ao poder público quanto à coletividade. Sobre esse dispositivo, analise as afirmativas:

- I – É dever do poder público garantir a efetividade desse direito, promovendo a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- II – A coletividade tem o direito de explorar os recursos naturais, desde que em caráter exclusivo e permanente.
- III – O artigo prevê a criação de áreas protegidas como uma das formas de garantia do equilíbrio ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

O Relatório Brundtland define o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.



Sobre o tema e a imagem, assinale uma alternativa que reflete um exemplo prático desse conceito:

- (A) Substituir combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.
- (B) Promover o crescimento econômico sem considerar a preservação ambiental para atender demandas imediatas.
- (C) Expandir áreas urbanas sem planejamento, priorizando o desenvolvimento de curto prazo.
- (D) Incentivar o consumo de bens aplicados para movimentar a economia em períodos de recessão.
- (E) Priorizar o desmatamento em áreas de preservação ambiental para expansão agrícola.

18

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, busca fomentar a gestão sustentável nos órgãos públicos. A alternativa abaixo corresponde a uma prática alinhada aos princípios da A3P:

- (A) Utilização apenas de combustíveis fósseis na frota de veículos oficiais.
- (B) Implementar coleta seletiva e gestão de resíduos sólidos em prédios públicos.
- (C) Eliminar programas de capacitação em sustentabilidade para servidores públicos.
- (D) Priorizar a compra de materiais aplicados para economizar no curto prazo.
- (E) Incentivar o desperdício de água em áreas de uso público.

19

Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010), é correto afirmar:

- (A) Proíbe a reciclagem de resíduos perigosos.
- (B) Exclui a obrigatoriedade de planos de gestão integrada de resíduos sólidos.
- (C) Determinar que somente o poder público é responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos.
- (D) Eliminar a necessidade de reversão de logística.
- (E) Incentivo à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

20

A Lei n. 9.605/1998 dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Das situações abaixo caracteriza o crime ambiental segundo essa lei:

- (A) Uso controlado de agrotóxicos dentro das normas legais.
- (B) Construção de empreendimentos em áreas protegidas sem licença ambiental.
- (C) Manutenção de espécies exóticas em cativeiro com autorização do órgão ambiental.
- (D) Reciclagem de resíduos sólidos em área urbana.
- (E) Realização de educação ambiental em escolas públicas.

Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

Daniel Barbosa

21

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é INCORRETO afirmar:

- (A) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão.
- (B) Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- (C) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento sigiloso no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
- (D) Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
- (E) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

22

De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, é correto afirmar:

- I – Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- II – Em nenhum caso pode a pena de morte ser aplicada por delitos políticos, nem por delitos comuns conexos com delitos políticos.

III – Não se deve impor a pena de morte a pessoa que, no momento da perpetração do delito, for menor de dezesseis anos, ou maior de setenta, nem aplicá-la a mulher em estado de gravidez.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas o item III.
- (E) Todos os itens.

23

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, é correto afirmar:

- I – O direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos.
- II – O acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.
- III – O poder público garantirá que o segmento da população negra vinculado aos seguros privados de saúde seja tratado sem discriminação.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas o item III.
- (E) Todos os itens.

24

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), é correto afirmar:

- (A) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 anos.
- (B) Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência não será considerada vulnerável.
- (C) A pessoa com deficiência poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica.
- (D) O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido.
- (E) O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de pesquisa científica.

25

De acordo com a Lei n. 10.048/2000 (prioridade de atendimento), terão atendimento prioritário:

- I – As pessoas com deficiência, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas idosas com idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos.
- II – As gestantes, as lactantes, as pessoas com criança de colo.
- III – Os obesos, as pessoas com mobilidade reduzida e os doadores de sangue.

Estão corretos:

- (A) Apenas o item I.
- (B) Apenas o item II.
- (C) Apenas os itens I e II.
- (D) Apenas os itens II e III.
- (E) Todos os itens.

Noções de Administração Pública

Wesley Rodrigues

26

No contexto da Administração Pública, a eficiência, a eficácia e a efetividade são conceitos que ajudam a avaliar o desempenho de serviços e projetos. A esse respeito, assinale a alternativa que corretamente relaciona esses termos:

- (A) Eficiência está vinculada ao alcance dos objetivos; eficácia ao uso racional dos recursos; efetividade à busca pela satisfação dos gestores.
- (B) Eficiência representa a relação entre recursos e resultados; efetividade diz respeito ao cumprimento de metas; eficácia abrange os impactos sociais de longo prazo.
- (C) Eficiência consiste em executar tarefas com menor custo possível; eficácia em atingir os resultados planejados; efetividade em gerar impactos positivos e duradouros na coletividade.
- (D) Eficiência e efetividade são sinônimos; ambos tratam do melhor emprego de recursos; eficácia significa descrever procedimentos operacionais.
- (E) Eficiência prioriza a satisfação dos usuários; eficácia atenta para a motivação dos servidores; efetividade concentra-se na redução de custos.

27

A opção entre centralização e descentralização na estrutura organizacional é decisiva para o funcionamento adequado da Administração Pública. Nesse sentido, assinale a alternativa correta acerca dessas formas de organização:

- (A) A descentralização concentra todas as decisões em um único nível hierárquico, tornando os processos mais ágeis.
- (B) A centralização favorece o empoderamento dos servidores de menor nível hierárquico, pois lhes delega maior autonomia decisória.
- (C) A descentralização pode melhorar a resposta às demandas locais, ao passo que a centralização tende a padronizar procedimentos e assegurar maior uniformidade.
- (D) Tanto na centralização quanto na descentralização não há qualquer influência no fluxo de comunicação interna.
- (E) Em estruturas centralizadas, há necessidade de maior delegação de poder e responsabilidade às pontas, facilitando a inovação.

28

As funções administrativas clássicas (planejamento, organização, direção e controle) compõem o ciclo gerencial básico. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que melhor representa o papel integrado dessas funções no âmbito da Administração Pública:

- (A) Planejamento e controle são funções independentes, não havendo necessidade de alinhá-las com organização e direção.
- (B) Direção diz respeito apenas à fiscalização de procedimentos, sem foco na liderança e na motivação das equipes.
- (C) O planejamento define objetivos e estratégias; a organização distribui recursos e estrutura hierarquias; a direção mobiliza e lidera pessoas; e o controle avalia resultados, realimentando o processo.
- (D) A organização deve ocorrer após a fase de controle, para corrigir falhas identificadas.
- (E) O planejamento é dispensável quando há metas definidas pela Constituição Federal, bastando a execução direta das atividades.

29

A gestão de processos é uma estratégia essencial para melhorar o desempenho da Administração Pública. Considere as práticas a seguir:

- I – Mapeamento do processo para identificar as etapas e os fluxos de trabalho.
- II – Análise do processo, buscando gargalos e oportunidades de melhoria.
- III – Implantação de melhorias identificadas, acompanhada de monitoramento e avaliação contínua.
- IV – Descarte de novas tecnologias para preservar a estrutura organizacional vigente.

Assinale a alternativa que corretamente reúne as boas práticas de gestão de processos:

- (A) Apenas I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Apenas III.

30

No que se refere à evolução dos modelos de Administração Pública e às reformas administrativas no Brasil, assinale a alternativa correta:

- (A) O modelo patrimonialista prevalece em países democráticos e se caracteriza pela total separação entre o público e o privado.
- (B) O modelo burocrático surgiu como solução para as disfunções do gerencialismo, impondo controles rígidos dos resultados.
- (C) O modelo gerencial mantém princípios da burocracia, como a impessoalidade, mas foca no controle de resultados, visando maior eficiência e satisfação do cidadão.
- (D) A Reforma de 1936, com a criação do DASP, institucionalizou práticas gerenciais típicas do setor privado, afastando qualquer resquício burocrático.
- (E) A Constituição Federal de 1988, ao flexibilizar regras de controle, é citada como uma das principais responsáveis pela consolidação gerencial no serviço público.

Legislação Institucional

Rafael de Oliveira

31

De acordo com a Lei Complementar n. 75/1993, no que diz respeito às funções institucionais do Ministério Público da União, é correto afirmar que:

- (A) Compete ao Ministério Público da União atuar exclusivamente na defesa dos direitos políticos e administrativos.
- (B) O Ministério Público da União não tem competência para atuar em defesa do patrimônio público e social.

- (C) A função de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais é atribuída ao Ministério Público da União.
- (D) As funções do Ministério Público da União restringem-se à atuação no âmbito penal, não abrangendo questões cíveis.
- (E) A atuação do Ministério Público da União é condicionada à solicitação prévia de outros órgãos públicos.

32

Sobre as disposições da Lei n. 13.316/2016, que trata das carreiras e remunerações no âmbito do Ministério Público da União, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei prevê que a remuneração dos servidores do MPU será estabelecida exclusivamente por decreto presidencial.
- (B) A carreira dos servidores do MPU está organizada em classes e padrões, com critérios objetivos de progressão funcional.
- (C) Não há previsão na Lei n. 13.316/2016 sobre a possibilidade de realização de concursos públicos para o MPU.
- (D) A lei veda a acumulação de quaisquer gratificações ou adicionais ao vencimento básico dos servidores do MPU.
- (E) Os servidores do MPU não possuem plano de carreira definido por lei.

33

De acordo com o Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e da Escola Superior do MPU (Portaria PGR/MPU n. 98/2017), é vedado aos membros e servidores do MPU:

- (A) Recusar-se a cumprir ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- (B) Participar de atividades políticas, mesmo fora do horário de expediente.
- (C) Utilizar informações obtidas em razão de sua função para obtenção de vantagem pessoal ou de terceiros.
- (D) Declarar-se impedido de atuar em casos de conflito de interesses pessoais e profissionais.
- (E) Solicitar autorização para participar de cursos e treinamentos em horários que não interfiram na jornada de trabalho.

34

Sobre o Programa de Integridade do Ministério Público da União, instituído pela Portaria PGR/MPU n. 247/2023, é correto afirmar que:

- (A) O programa de integridade é um documento interno e sigiloso, de acesso restrito aos membros do MPU.
- (B) A Portaria estabelece que o Programa de Integridade é de caráter consultivo, não vinculativo.
- (C) A implementação do Programa de Integridade visa promover uma cultura organizacional baseada na ética, transparência e prevenção de irregularidades.
- (D) O Programa de Integridade restringe-se à fiscalização das atividades financeiras do MPU.
- (E) A Portaria estabelece que o programa é aplicado apenas às unidades administrativas e não às atividades-fim do MPU.

35

Considerando as disposições do Código de Ética e de Conduta do MPU (Portaria PGR/MPU n. 98/2017) e do Programa de Integridade do MPU (Portaria PGR/MPU n. 247/2023), é correto afirmar que:

- (A) O Código de Ética e o Programa de Integridade tratam de temas distintos e não possuem interseções práticas na atuação dos membros do MPU.
- (B) Ambos os normativos estabelecem diretrizes para a promoção de uma cultura ética e de conduta responsável no âmbito do MPU.
- (C) O Código de Ética regula exclusivamente a atuação dos membros do MPU, enquanto o Programa de Integridade abrange apenas os servidores.
- (D) O Programa de Integridade visa, prioritariamente, à punição de irregularidades já identificadas, enquanto o Código de Ética trata de diretrizes preventivas.
- (E) A Portaria n. 247/2023 extinguiu a aplicação do Código de Ética instituído pela Portaria n. 98/2017.

Direito Administrativo

Rafael de Oliveira

36

Sobre os princípios que regem o Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da eficiência aplica-se apenas à Administração Pública direta, excluindo autarquias e fundações públicas.
- (B) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam amplamente divulgados, sem exceções.
- (C) O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública pode atuar conforme a conveniência, mesmo sem base legal.

- (D) O princípio da moralidade impõe que os atos administrativos observem padrões éticos de conduta, ainda que não previstos em lei.
- (E) O princípio da continuidade do serviço público permite a interrupção de serviços essenciais por motivos políticos.

37

De acordo com a Lei n. 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) A Lei n. 14.133/2021 permite contratações diretas sem licitação, em qualquer circunstância.
- (B) A nova lei elimina completamente a possibilidade de aplicação das modalidades de licitação previstas na Lei n. 8.666/1993.
- (C) A licitação é dispensável, entre outras hipóteses, em casos de emergência que demandem contratação imediata para evitar prejuízo à sociedade.
- (D) O pregão eletrônico não é regulamentado pela Lei n. 14.133/2021, permanecendo regido por normas anteriores.
- (E) A Lei n. 14.133/2021 permite a realização de licitações exclusivamente com base no menor preço, sem considerar outros critérios.

38

Sobre a responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) O Estado responde civilmente por danos causados por seus agentes apenas se comprovada a intenção dolosa do agente público.
- (B) A responsabilidade do Estado é subjetiva em relação a danos causados por omissão na prestação de serviços públicos.
- (C) O regime jurídico de responsabilidade civil do Estado é regido pelo princípio da eficiência, excluindo o da proporcionalidade.
- (D) A responsabilidade objetiva do Estado alcança os atos praticados por concessionários de serviços públicos, no exercício de suas funções.
- (E) O Estado não pode ser responsabilizado civilmente por atos praticados por particulares em áreas de interesse público.

39

A Lei n. 13.655/2018, que introduziu alterações à LINDB, traz previsões relevantes sobre a criação e aplicação do Direito Público. Sobre o tema, é correto afirmar:

- (A) A LINDB veda expressamente a revisão de decisões administrativas com base em mudanças de interpretação jurídica.
- (B) A lei exige que sejam consideradas as consequências práticas da decisão administrativa ou judicial antes de sua aplicação.
- (C) As decisões administrativas são obrigatoriamente vinculadas ao entendimento majoritário dos tribunais superiores, sem exceções.
- (D) O agente público pode ser responsabilizado por sua interpretação da lei, mesmo que tenha agido de boa-fé.
- (E) A LINDB revogou integralmente os dispositivos relativos à segurança jurídica na atuação estatal.

Direito Constitucional

Weslei Machado

40

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a laicidade aplicável aos entes federativos, conforme prescrição contida nas disposições sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

- (A) A presença de símbolos religiosos em prédios públicos é inconstitucional sob qualquer circunstância, pois fere o princípio da laicidade estatal.
- (B) Símbolos religiosos podem ser exibidos em prédios públicos, desde que representem todas as religiões praticadas no Brasil para garantir a impessoalidade e a não discriminação.
- (C) É permitida a presença de símbolos religiosos em prédios públicos se tal prática refletir a tradição cultural da sociedade brasileira e não violar os princípios da impessoalidade, da laicidade estatal e da não discriminação.
- (D) Somente símbolos religiosos cristãos são permitidos em prédios públicos, pois representam a maioria da população brasileira.
- (E) A exibição de símbolos religiosos em prédios públicos é permitida apenas durante datas comemorativas específicas de cada religião.

41

O Estado de Alfa, diante de um movimento crescente contra o uso da "linguagem neutra" nas escolas, promulgou uma lei que proíbe a adoção dessa forma de expressão tanto na grade curricular quanto no material didático das instituições de ensino públicas e privadas, bem como em editais de concursos públicos realizados no estado. Com base na Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre a constitucionalidade dessa lei estadual:

- (A) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois cada estado tem autonomia para decidir sobre métodos pedagógicos e linguísticos em seu território.
- (B) A lei do Estado de Alfa é inconstitucional, pois viola a competência legislativa privativa da União para estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, impedindo a adoção de inovações pedagógicas.
- (C) A lei do Estado de Alfa é constitucional, uma vez que os estados podem legislar sobre educação sem restrições, inclusive sobre o uso de linguagem nas escolas.
- (D) A lei é inconstitucional somente se a Assembleia Legislativa do Estado de Alfa não tiver seguido o processo legislativo adequado para sua aprovação.
- (E) A lei do Estado de Alfa é constitucional, pois protege a integridade do idioma português, que é considerado um bem cultural imaterial sob tutela dos estados.

42

João, servidor público municipal, deseja desfilial-se da associação de servidores da qual é membro há cinco anos. Contudo, foi informado pela associação que, para efetivar sua desfiliação, ele precisaria quitar um débito referente a um empréstimo pessoal obtido por intermédio da associação, além de pagar uma multa por desfiliação precoce conforme previsto no estatuto da entidade. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre liberdade de associação, analise a situação de João e assinale a opção correta.

- (A) A associação agiu corretamente, pois é legítimo exigir a quitação de débitos e o pagamento de multas como condição para desfiliação, garantindo assim a sustentabilidade financeira da entidade.
- (B) É inconstitucional exigir a quitação de débitos ou o pagamento de multas como condição para a desfiliação de uma associação, conforme entendimento do STF, garantindo assim a liberdade de associação.
- (C) João não pode desfilial-se enquanto não quitar o empréstimo obtido através da associação, mas a exigência de multa por desfiliação é inconstitucional e não deve ser cobrada.

- (D) A exigência de quitação de débitos antes da desfiliação é constitucional desde que o associado tenha se beneficiado de serviços da associação, mas a aplicação de multas é discricionária e depende do estatuto da associação.
- (E) João deve pagar apenas a multa por desfiliação precoce, pois a quitação de empréstimos não pode ser condição para deixar uma associação segundo o princípio da liberdade de associação.

43

Num município hipotético, após a eleição municipal, foi eleito como prefeito o cônjuge da atual presidente da Câmara de Vereadores. Diante dessa situação, um grupo de cidadãos preocupados com a governança e a fiscalização do executivo municipal argumenta que essa concomitância de mandatos entre parentes em cargos executivos e legislativos no mesmo município pode comprometer o equilíbrio e a fiscalização independente entre os poderes. Considerando o disposto na Constituição Federal sobre inelegibilidade por parentesco e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e marque a opção correta.

- (A) Não há impedimento constitucional para que cônjuges ocupem simultaneamente a chefia do Executivo e a presidência do Legislativo municipal, desde que a fiscalização do Executivo continue sendo exercida por todos os membros do Legislativo.
- (B) A concomitância de mandatos entre cônjuges, um no Executivo e outro no Legislativo, é expressamente proibida pela Constituição Federal, que busca evitar conflitos de interesse e garantir a independência entre os poderes.
- (C) A inelegibilidade por parentesco se aplica estritamente a casos de eleições, não podendo ser estendida para impedir o exercício concomitante de cargos por cônjuges ou familiares em qualquer circunstância.
- (D) O princípio da separação dos poderes implica automaticamente na inelegibilidade de cônjuges para cargos no Executivo e no Legislativo dentro da mesma unidade federativa, conforme previsão legal específica na legislação eleitoral brasileira.
- (E) O Supremo Tribunal Federal entende que apenas os parlamentares podem votar medidas que impeçam familiares de assumir simultaneamente cargos no Executivo e no Legislativo, qualquer ação contrária é considerada ativismo judicial e viola a separação dos poderes.

44

Em uma situação hipotética, um Deputado Federal que estava sendo processado por um crime ocorrido durante seu mandato na Câmara dos Deputados é novamente eleito, mas desta vez como Senador. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as disposições constitucionais sobre a competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal, analise as seguintes afirmativas e indique a correta:

- (A) A competência do Supremo Tribunal Federal para julgar o parlamentar é automaticamente prorrogada, mesmo que ele mude de casa legislativa, pois o crime foi cometido durante o exercício de mandato federal.
- (B) O Supremo Tribunal Federal perde a competência para julgar o parlamentar uma vez que ele muda de casa legislativa, necessitando de nova análise jurídica para determinar a competência.
- (C) A prorrogação da competência do Supremo Tribunal Federal não é admitida legalmente, uma vez que cada casa legislativa possui competências investigativas próprias, independentemente dos mandatos anteriores do parlamentar.
- (D) A competência do Supremo Tribunal Federal para continuar julgando o caso depende exclusivamente de uma nova denúncia ser apresentada agora que o parlamentar ocupa um cargo no Senado.
- (E) É possível a prorrogação excepcional da competência criminal originária do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, considerando a continuidade do mandato federal em casa legislativa diversa da origem, sem interrupção entre os mandatos.

Direito Civil**Carlos Elias****45**

Artur e Patrícia são casados, mas estão passando por uma crise. Eles decidem “dar um tempo” no relacionamento. Nesse caso, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Eles poderiam se separar judicialmente, porque, desse modo, ficaria mais fácil eles reatarem o casamento.
- (B) Eles poderiam se divorciar.
- (C) A separação de fato do casal faria cessar os efeitos do regime de bens.
- (D) O divórcio não modifica os direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, embora possa haver particularidades em razão do regime de guarda.
- (E) O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens.

46

NÃO são medidas protetivas permitidas em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar:

- (A) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- (B) Proibição de determinadas condutas, entre as quais o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- (C) Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- (D) Prestação de alimentos definitivos.
- (E) Acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

47

Alfredo adquire um imóvel rural de 10 hectares. Após a compra, João contrata um agrimensor para conferir o tamanho da área e, para sua surpresa, identifica que, na verdade, a área do imóvel é menor daquela indicada no contrato. Nesse caso, o prazo para a restituição do valor pago a mais

- (A) pode ser interrompido em razão de qualquer ato inequívoco extrajudicial que importe em reconhecimento do direito pelo devedor.
- (B) é decadencial de um ano.
- (C) é decadencial, e, na inexistência de prazo específico, aplica-se, por analogia, o prazo geral de decadência de cinco anos referido no Código Civil.
- (D) é prescricional de cinco anos.
- (E) é prescricional, e, na inexistência de prazo específico, aplica-se o prazo geral de prescrição de dez anos referido no Código Civil.

48

Benício abandonou o lar e sua companheira, Bianca, no Recife – PE e foi para São Paulo – SP, deixando um imóvel urbano de 120 m², adquirido onerosamente na constância da união estável, mas registrado no cartório de imóveis apenas no nome de Benício. Bianca não tinha outra propriedade imóvel e residiu no local ininterruptamente e sem oposição. Após três anos, Benício voltou ao Recife – PE com o propósito de retirar Bianca do imóvel. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) Bianca não terá direito ao imóvel, uma vez que o bem estava registrado apenas no nome de Benício.
- (B) Bianca terá direito à metade do imóvel caso comprove que contribuiu financeiramente para a sua aquisição na constância da união estável.
- (C) Benício, por ter abandonado o lar, não terá direito ao imóvel, porque Bianca usucapiu o bem.
- (D) Benício terá direito ao imóvel, porque, para Bianca usucapir o bem, ela teria de atender ao requisito temporal mínimo de cinco anos.
- (E) A residência do casal deverá ser partilhada na proporção de 50% para cada companheiro, tendo em vista que, em se tratando de união estável, aplica-se o regime de comunhão parcial de bens.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

49

Carla ingressou com ação de reintegração de posse contra Antônio, alegando que o vizinho ocupou parcela da terra rural que lhe pertencia, o que lhe estava gerando diversos problemas visto que o local possui fonte de água para os seus animais. Após citado o demandado alegou que Carla não é a legítima proprietária das terras, visto que se trata de proprietária fiduciária. Ainda alegou que o juízo na qual a ação tramitava era incompetente, pois o imóvel se situa no município x, sendo que a ação foi ajuizada no município y.

Sobre os pressupostos processuais, competência no processo civil e possessórias, assinale a alternativa Certa:

- (A) Carla deveria ter ingressado com ação de manutenção de posse, ante a turbação, devendo o magistrado determinar a emenda à inicial.
- (B) A existência de juízo incompetente viola pressuposto processual objetivo de existência do processo.
- (C) A existência de juízo incompetente viola pressuposto processual objetivo de validade do processo.
- (D) Nesse caso a incompetência do juízo é relativa, pois trata-se de local onde a ação deveria ter sido ajuizada, devendo ser alegada em preliminar de contestação sob pena de preclusão.
- (E) Nesse caso a incompetência do juízo é absoluta.

50

Matheus é sócio administrador da empresa XLT Ltda., devedora de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à sociedade GVD sociedade anônima, por conta de insumos entregues. Ocorre que, após fase cognitiva e sentença de procedência, não se encontra patrimônio suficiente para que o cumprimento de sentença seja exitoso, motivo pelo qual se requer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora. Citado o sócio administrador alegou que não houve abuso da personalidade jurídica que autorizasse o redirecionamento. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Não se admite o redirecionamento ao sócio no momento do cumprimento de sentença, pois viola a ampla defesa, já que não participou da fase cognitiva como réu.
- (B) Nesse caso dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio e a pessoa jurídica.
- (C) Instaurado o incidente, o sócio será intimado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 dias.
- (D) O incidente será resolvido por decisão interlocutória da qual caberá recurso de agravo de instrumento.
- (E) O incidente será resolvido por decisão monocrática da qual caberá recurso de agravo interno.

51

Sobre ação rescisória, conforme as regras previstas no Código de Processo Civil em vigor e a jurisprudência, analise as afirmativas a seguir:

- I – O relator ordenará a citação do réu, designando-lhe prazo de 15 dias para, querendo, apresentar resposta, ao fim do qual, com ou sem contestação, observar-se-á, no que couber, o procedimento comum.
- II – Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o autor será intimado para emendar a petição inicial, a fim de adequar o objeto da ação rescisória, quando a decisão apontada como rescindenda tiver sido substituída por decisão posterior.
- III – Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à anulação.
- IV – Não cabe ação rescisória por ofensa à literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

Estão corretas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.

- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) Todas estão certas.

52

Sobre o processo de execução de obrigação de pagar quantia certa, conforme disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) O exequente poderá obter certidão de que a execução foi admitida pelo juiz, com identificação das partes e do valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou de outros bens sujeitos a penhora, arresto ou indisponibilidade, devendo comunicar o juízo em 15 dias dos atos concretizados.
- (B) O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 dias, contado da devolução do mandado aos autos.
- (C) A penhora de imóveis, independentemente de onde se localizem, quando apresentada certidão da respectiva matrícula, e a penhora de veículos automotores, quando apresentada certidão que ateste a sua existência, serão realizadas por termo nos autos.
- (D) O executado pode, no prazo de 5 dias contados da intimação da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove que lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente.
- (E) Frustradas as tentativas de alienação do bem, será reaberta oportunidade para requerimento de adjudicação, mas não se levará a efeito nova avaliação.

Direito Penal

Douglas Vargas

53

Quanto ao crime de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, é correto afirmar que:

- (A) Se da automutilação ou da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena do delito é aumentada.
- (B) Se o suicídio se consuma ou se da automutilação resulta morte, a pena é aumentada.
- (C) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil.
- (D) Qualifica-se o delito se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.
- (E) A pena é aumentada até o triplo se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.

54

Exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, constitui crime de:

- (A) Concussão.
- (B) Extorsão simples.
- (C) Extorsão direta.
- (D) Extorsão indireta.
- (E) Exploração de vulnerável.

55

NÃO constitui crime contra a família:

- (A) A sonegação de estado de filiação.
- (B) O registro de nascimento inexistente.
- (C) A simulação de casamento.
- (D) O abandono material.
- (E) O rufianismo.

56

O crime de incêndio:

- (A) Não possui forma culposa por ausência de previsão no Código Penal.
- (B) Qualifica-se se a exposição a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem é realizada mediante explosão.
- (C) Qualifica-se se o incêndio é praticado em casa habitada.
- (D) Qualifica-se se o crime é praticado em lavoura, pastagem, mata ou floresta.
- (E) Admite modalidade com aumento de pena se o incêndio é praticado em edifício público.

Direito Processual Penal

Douglas Vargas

57

Toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa, verificar-se-á, segundo o CPP:

- (A) Competência por distribuição.
- (B) Competência pelo domicílio do réu.
- (C) Competência pelo domicílio da vítima.
- (D) Competência por prevenção.
- (E) Competência por continência.

58

Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

- (A) Maior de 70 anos.
- (B) Extremamente debilitado por motivo de qualquer doença.
- (C) Imprescindível aos cuidados gerais de pessoa menor de doze anos de idade.
- (D) Mulher com filho de até doze anos de idade completos.
- (E) Homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

59

Considerando-se o procedimento geral previsto para o rito do júri, o juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de:

- (A) 5 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 15 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 30 dias.

60

Sobre o tema nulidades no processo penal, é correto afirmar que:

- (A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, mediante ratificação dos atos processuais.
- (B) As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença de primeiro grau.
- (C) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes ou depois de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.
- (D) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, serão sempre renovados.
- (E) A nulidade de um ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

Direito Ambiental**Renato Pulz****61**

O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído por lei federal, dispondo que os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Sobre o assunto, marque a alternativa incorreta.

- (A) O SISNAMA foi instituído pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.
- (B) O órgão superior é a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.
- (C) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA é órgão executor.
- (D) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é um órgão consultivo e deliberativo.
- (E) As fundações instituídas pelo Poder Público também são responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, logo também constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

62

Em uma aula de Direito ambiental o professor explica sobre as atividades que dependem de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental. Os alunos começaram a listar os exemplos trazidos pela legislação. Marque um exemplo que não condiz com o texto da lei.

- (A) Ferrovias.
- (B) Oleodutos e gasodutos.
- (C) Qualquer tipo de linha de transmissão de energia elétrica.
- (D) Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento.
- (E) Aterros sanitários.

63

A Lei n. 11.284/2006 tratou de regulamentar a gestão e concessão das florestas públicas. Acerca do tema, assinale a alternativa correta conforme disposições da lei.

- (A) Constitui um dos princípios da gestão de florestas públicas o acesso restrito às informações referentes à gestão de florestas públicas.
- (B) A lei federal instituiu o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.
- (C) Produtos florestais são somente produtos madeireiros gerados pelo manejo florestal sustentável.
- (D) É permitida a outorga de exploração dos recursos minerais no âmbito da concessão florestal.
- (E) O prazo dos contratos de concessão exclusivos para exploração de serviços florestais será de, no mínimo, cinco e, no máximo, trinta anos.

64

É consenso da doutrina que estamos experimentando uma crise ambiental. Os desmatamentos, a caça e extinção de espécies, o aquecimento global e as mudanças climáticas, sugerem os cientistas, são resultado de ações antropogênicas. Fala-se em Antropoceno, o termo que descreve a época geológica atual, marcada pelo impacto da humanidade na Terra. Uma teoria científica que defende que os humanos alteram o planeta em maior escala do que qualquer outra força natural. Essa alteração é irreversível e está afetando a natureza. Logo, é necessária uma reflexão sobre nossas atitudes em relação ao meio ambiente e as consequências. Sobre uma ética ambiental, tão necessária nos tempos atuais, marque a alternativa que não corresponde ao tema.

- (A) Ao designar uma era de ‘antropoceno’ não se trata de uma homenagem “positiva”, como reconhecimento da sua virtude e harmonia na sua relação com as demais formas de vida e o sistema planetário como um todo (Gaia), mas justamente o contrário disso.
- (B) Desde que surgiu na história natural do Planeta Terra, há aproximados 200.000 anos, o Homo sapiens passou a maior parte desse tempo quase despercebido pela superfície planetária, pelo menos se considerado seu impacto numa escala global. Em mais de 90% desse período, ele transitou pelo globo terrestre como “caçadores e coletores”, cujo impacto resumia-se ao âmbito local onde se estabelecia. Somente 10.000 anos atrás, período que coincide com o surgimento da agricultura, o homem começa a domesticar a natureza. No entanto, as “pegadas” humanas mais significativas somente começaram a ser emplacadas a partir da Revolução Industrial, ou seja, no início do século XIX, com o uso progressivo de combustíveis fósseis, consumo de recursos naturais e aumento populacional exponencial.
- (C) A crise ecológica que vivenciamos hoje é resultado das “pegadas” deixadas pelo ser humano em sua passagem pela Terra. Não há margem para dúvidas a respeito de “quem” é o responsável pelo esgotamento e degradação dos recursos naturais e, conseqüentemente, pelo comprometimento da qualidade, da segurança e do equilíbrio ecológicos em escala planetária.
- (D) Precisamos de um “novo” parâmetro ético para as práticas humanas levadas a efeito pelo novel instrumental tecnológico desenvolvido, notadamente em vista da crise ecológica desencadeada pelo ser humano e seu crescente (e quase absoluto) poder de intervenção na (e destruição da) Natureza.
- (E) O pensamento Cartesiano, legado da idade moderna, foi importante contribuição para o reconhecimento do valor intrínseco do meio ambiente e o desenvolvimento de uma ética ambiental.

Direito Penal Militar**Cícero Coimbra**

Para as questões 65 e 66, analise a seguinte situação hipotética e assinale a alternativa correta:

Um militar da Aeronáutica, da ativa, em uma missão no exterior, é preso em outro país, logo após o desembarque da aeronave militar que tripulava, com 30 quilos de cocaína e é processado e julgado no país da prisão, de acordo com a lei local.

65

No caso narrado na situação hipotética, o militar preso com a substância entorpecente:

- (A) Também poderá ser processado e julgado com a aplicação do Código Penal Militar brasileiro, pelo mesmo fato.
- (B) Será necessariamente absolvido no Brasil, pelo crime militar correlato.
- (C) Terá a persecução penal militar no Brasil obstada, arquivando-se eventual inquérito policial militar.
- (D) Terá a persecução penal militar no Brasil obstada, extinguindo-se eventual processo no Brasil, sem resolução de mérito.
- (E) Será processado e julgado no Brasil apenas se a sanção penal no país estrangeiro for restritiva de direitos.

66

Ainda com base na situação hipotética acima, caso haja a condenação no processo levado a efeito no país estrangeiro,

- (A) a pena aplicada no estrangeiro será sempre detraída (descontada) de eventual pena aplicada no Brasil, por condenação transitada em julgado em crime militar.
- (B) a pena aplicada no estrangeiro será sempre somada a eventual pena aplicada no Brasil, por condenação transitada em julgado em crime militar.
- (C) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- (D) a pena aplicada no estrangeiro agravará eventual pena aplicada no Brasil.
- (E) a pena aplicada no estrangeiro majorará a pena aplicada no Brasil em dois terços.

67

Com base em normas do direito penal militar, avalie a assertiva e assinale a alternativa correta.

Porfírio, 1º Tenente da ativa do Exército Brasileiro, é processado por um crime militar, mas há a dúvida acerca de sua imputabilidade. Instaurado o incidente de insanidade mental, conclui-se por laudo lavrado por peritos nomeados pelo juízo, que Porfírio possui doença mental que não suprime, mas diminui consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação. Neste caso:

- (A) Não haverá absolvição, mas a condenação à pena com a imposição de medida de segurança concomitantemente.
- (B) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), sem prejuízo da possibilidade de substituição dessa pena por medida de segurança.
- (C) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em metade a 2/3 (dois terços), sem prejuízo da possibilidade de substituição dessa pena por medida de segurança.
- (D) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), sem nenhuma possibilidade de imposição de medida de segurança.
- (E) Não haverá absolvição, mas a condenação com a redução da pena em metade a 2/3 (dois terços), sem possibilidade de substituição da pena por medida de segurança.

68

Julgue a assertiva, com base em normas do direito penal militar, e assinale a alternativa correta.

Thiago, civil que tripula uma embarcação, é preso em flagrante delito utilizando uma Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), pretensamente expedida pela Marinha, mas que era falsa. Neste caso:

- (A) Thiago deve responder pelo crime militar de uso de documento falso, do art. 315 do Código Penal Militar, perante a Justiça Militar da União.
- (B) Thiago como civil, não responde por crime militar, devendo, por essa razão, ser processado e julgado da Justiça Comum.
- (C) Thiago deve responder pelo crime militar de uso de documento falso, do art. 315 do Código Penal Militar, mas será processado e julgado pelo Justiça Comum.
- (D) Thiago deve responder por crime comum de uso de documento falso, do art. 304 do Código Penal, perante a Justiça Federal.
- (E) Como não há o crime de uso de documento falso no Código Penal Militar, Thiago responderá por crime comum na Justiça Federal.

Direito Processual Penal Militar**Cícero Coimbra****69**

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas do Código de Processo Penal Militar e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário:

- (A) Prevalecerão as normas de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário.
- (B) Prevalecerão as normas do Código de Processo Penal Militar brasileiro.
- (C) Prevalecerão as normas mais benéficas ao indiciado ou acusado.
- (D) Prevalecerão as normas mais gravosas ao indiciado ou acusado.
- (E) Prevalecerão as normas mais recentes.

70

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

As regras do Código de Processo Penal comum podem ser utilizadas no processo penal militar

- (A) em qualquer situação, não havendo condições restritivas.
- (B) na omissão da lei processual penal militar, desde que não fira a índole desse processo penal castrense.
- (C) apenas quando mais benéficas ao indiciado ou acusado.
- (D) apenas quando mais gravosas ao indiciado ou acusado.
- (E) sempre que o requerer o indiciado ou acusado.

71

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

No processo penal militar, oferecida a denúncia,

- (A) o Ministério Público desistirá da ação penal quando verificar ser o caso de absolvição.
- (B) o Ministério Público Militar poderá desistir da ação penal militar quando achar conveniente.
- (C) o Ministério Público Militar poderá desistir da ação penal militar quando o réu assim o requerer.
- (D) o Ministério Público Militar não poderá desistir da ação penal militar, salvo em casos em que vislumbre extrema injustiça.
- (E) o Ministério Público Militar não poderá desistir da ação penal.

72

Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

Sempre que o Código de Processo Penal Militar se refere a “juiz” abrange, nesta denominação:

- (A) Quaisquer autoridades judiciárias, singulares ou colegiadas, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (B) Apenas as autoridades judiciárias singulares, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (C) Apenas as autoridades judiciárias colegiadas, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (D) Apenas os Ministros do Superior Tribunal Militar, no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.
- (E) Apenas as autoridades judiciárias, singulares ou colegiadas, e a autoridade de polícia judiciária militar. no exercício das respectivas competências atributivas ou processuais.

Direito do Trabalho**Maria Rafaela****73**

A CLT prevê entre as formas de ruptura contratual a rescisão indireta. Assim, o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização EXCETO, para fins de configuração de rescisão indireta, quando:

- (A) forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato.
- (B) for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo.
- (C) não cumprir o empregador as obrigações do contrato.
- (D) o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, em qualquer hipótese.
- (E) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

74

Em relação às possibilidades de extinção do contrato de trabalho, nos termos previstos na CLT, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O empregado poderá interromper a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.
- (B) Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato de trabalho, o tribunal de trabalho reduzirá a indenização à que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador, por metade.
- (C) Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato.
- (D) Plano de Demissão Voluntária ou Incentivada, para dispensa individual, plúrima ou coletiva, previsto em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, enseja quitação plena e irrevogável dos direitos decorrentes da relação empregatícia, salvo disposição em contrário estipulada entre as partes.
- (E) As dispensas imotivadas individuais, plúrimas ou coletivas equiparam-se para todos os fins, não havendo necessidade de autorização prévia de entidade sindical ou de celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para sua efetivação.

75

Em relação às diferenças e similitudes do contrato de trabalho individual determinado e indeterminado, observa-se que, nos termos da CLT, é CORRETO aduzir:

- (A) O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado.
- (B) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições independentemente do mútuo consentimento, mas desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.
- (C) Considera-se alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.
- (D) Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho,

a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de quarenta por cento.

- (E) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará, excepcionalmente, os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

76

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário, ou seja, em situação de interrupção de contrato,

- (A) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica
- (B) até 2 (dois) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- (C) por 2 (dois) dias consecutivos, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada;
- (D) até 2 (dois) dias consecutivos para realizar provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.
- (E) até 2 (dois) na qualidade de representante de entidade sindical, estiver participando de reunião oficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.

Direito Processual do Trabalho

Maria Rafaela

77

Com as alterações do novo CPC de 2015 e a Reforma Trabalhista de 2017, os temas relativos a prazos processuais foram alterados na sistemática do processo do trabalho. Sobre os prazos processuais no âmbito trabalhista, tendo em vista a jurisprudência consolidada do TST, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
- (B) Presume-se recebida a notificação 48 (quarenta e oito) horas depois de sua postagem. O seu não-recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.
- (C) Quando não juntada a ata ao processo em 5 dias, contadas da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT), o prazo para recurso será contado da data em que a parte receber a intimação da sentença
- (D) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa desde que seja de mérito.
- (E) Não há prorrogação do prazo decadencial para ajuizamento de ação rescisória quando expira em férias forenses, feriados, finais de semana ou em dia em que não houver expediente forense.

78

Acerca do tema de processo de homologação de acordo extrajudicial, assinale o incorreto:

- (A) O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado.
- (B) As partes não poderão ser representadas por advogado comum.
- (C) Faculta-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria
- (D) No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- (E) O prazo prescricional voltará a fluir no mesmo dia ao do trânsito em julgado da decisão que negar a homologação do acordo.

79

O TST possui entendimento firme sobre prova documental no processo do trabalho. E, com isso, na hipotética situação de que um advogado pretenda proceder com a juntada de documentos na fase recursal no âmbito trabalhista, assinale o que for correto:

- (A) Não é possível aludida juntada.
- (B) É possível referidas juntadas em qualquer situação.
- (C) A juntada de tais documentos só se justificam quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação.
- (D) O TST entende que só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.
- (E) O advogado só pode juntar o documento se for o caso de fato posterior à sentença.

80

Daniel ajuizou demanda trabalhista contra seu empregador. Ele foi contratado em Fortaleza – CE e prestou serviços nesta cidade como inspetor de estruturas metálicas. A empresa tem sua sede em Ilhéus, na Bahia. Porém, ao ser demitido por justa causa, mudou-se para a cidade de sua mãe, Natal – Rio Grande do Norte, onde reside até o presente momento. Na cidade de Natal, ajuizou ação trabalhista, distribuída para a 1ª Vara do Trabalho de Natal (TRT 21), requerendo a reversão da dispensa por justa causa, com o pagamento de verbas rescisórias na modalidade de dispensa sem justa causa, indenização por dano moral, multas dos artigos 467 e 477 da CLT e algumas horas extras. O empregador invocou a exceção de incompetência relativa, no prazo legal, que, por sua vez, foi acolhida pelo juízo da 1ª VT de Natal que determinou a remessa dos autos para o TRT da 7ª Região (CEARÁ), a ser distribuída numa das Varas do Trabalho de Fortaleza – CE. Nesse caso, ao advogado de Daniel cabe proceder:

- (A) Aguardar a remessa dos autos para o TRT 7, pois não caberá, nesse caso, recurso algum por se tratar de decisão interlocutória e essa é irrecorrível na Justiça do Trabalho.
- (B) Apresentar o seu recurso ordinário ao TRT 21 – Rio Grande do Norte – para evitar a remessa dos autos e, ainda, reverter a decisão, declarando a competência de uma das Varas do Trabalho de Natal.
- (C) Apresentar um recurso de revista ao TST para julgar o conflito de competência dos dois tribunais no prazo de oito dias úteis.
- (D) Utilizar o Agravo de Instrumento no prazo de 15 dias úteis.
- (E) Aguardar a remessa dos autos para o TRT 7, argumentando ao seu cliente que as decisões interlocutórias, em regra, são recorríveis, mas, no caso em comento, não é uma das hipóteses de exceção.

Discursiva

Letícia Bastos

O Ministério Público desempenha um papel essencial na defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. No entanto, desafios como a sobrecarga de processos, a falta de estrutura e a necessidade de independência funcional ainda limitam a atuação plena desse órgão na garantia da justiça e da cidadania.

Como você avalia o papel do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais e da ordem jurídica? Quais medidas poderiam ser adotadas para fortalecer sua atuação no Brasil?

Diga o que pensa sobre o tema em um texto dissertativo-argumentativo, com extensão entre 20 e 30 linhas, utilizando linguagem culta e mantendo uma estruturação lógica.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



2º Simulado
Ministério Público da União
Cargo: A07 – Analista do MPU – Direito (Pós-Edital)

GABARITO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
E	C	B	B	E	D	C	B	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	A	B	D	A	A	B	E	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	C	E	D	D	C	C	C	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	C	B	D	C	D	B	C
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	B	A	E	A	D	B	C	E	D
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
D	C	C	D	E	E	D	E	B	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
B	C	B	E	A	C	B	D	A	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
E	A	D	A	A	A	A	A	D	D

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

MPU – 2º SIMULADO – CARGO: A07 – ANALISTA DO MPU – DIREITO (PÓS-EDITAL)

Língua Portuguesa

Letícia Bastos

1

"Embora enfrentando dificuldades, a equipe manteve o foco e entregou o projeto no prazo." A ideia central expressa no texto é:

- (A) A superação de adversidades só é possível com planejamento adequado.
- (B) O prazo do projeto foi ajustado devido às dificuldades enfrentadas.
- (C) A equipe não conseguiu superar todas as dificuldades apresentadas.
- (D) O projeto foi entregue fora do prazo, mas com alta qualidade.
- (E) Apesar das dificuldades, a equipe cumpriu o prazo estipulado para o projeto.

Letra e.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

- (A) Errada. O texto não menciona planejamento como condição para superar as adversidades.
- (B) Errada. Não há indício de que o prazo do projeto tenha sido ajustado.
- (C) Errada. O texto afirma que o projeto foi entregue, indicando que as dificuldades foram superadas.
- (D) Errada. Não há menção à entrega fora do prazo ou à qualidade do projeto.
- (E) Certa. A ideia central do texto é que, mesmo enfrentando dificuldades, a equipe entregou o projeto no prazo estipulado.

2

"A inovação não está apenas em criar algo novo, mas em encontrar novos significados para o que já existe." A partir do texto, é correto afirmar que:

- (A) A criação de algo novo é o único caminho para a inovação verdadeira.
- (B) A inovação ocorre quando o novo substitui completamente o antigo.
- (C) Inovação também envolve ressignificar elementos já existentes.
- (D) O processo de inovação é exclusivamente técnico e voltado para invenções.
- (E) A inovação exige a superação total de conceitos anteriores.

Letra c.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

- (A) Errada. O texto não afirma que criar algo novo é o único caminho para a inovação, mas enfatiza a ressignificação.
- (B) Errada. O texto não sugere substituição completa, mas a adição de novos significados ao existente.
- (C) Certa. O texto destaca que a inovação pode consistir em encontrar novos significados para elementos já existentes.
- (D) Errada. Não há menção a um processo exclusivamente técnico no texto.
- (E) Errada. O texto não sugere que a superação total de conceitos anteriores seja necessária para inovar.

3

"A liderança eficaz não se baseia em controle, mas em influência e inspiração." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A liderança eficaz requer o controle absoluto das situações.
- (B) A liderança eficaz está relacionada à capacidade de influenciar e inspirar.
- (C) O controle é o principal elemento de uma liderança eficaz.
- (D) A influência e a inspiração são complementares ao controle na liderança eficaz.
- (E) A liderança eficaz dispensa qualquer forma de controle e organização.

Letra b.

Assunto abordado: Interpretação de texto.

- (A) Errada. O texto contraria essa afirmação, destacando que a liderança eficaz não se baseia em controle.
- (B) Certa. O texto enfatiza que a liderança eficaz está fundamentada na influência e na inspiração.
- (C) Errada. O texto nega que o controle seja a base da liderança eficaz.
- (D) Errada. O texto não menciona o controle como complementar, mas como distinto da liderança eficaz.
- (E) Errada. O texto não exclui a necessidade de controle e organização, mas não os apresenta como centrais à liderança eficaz.

4

"A introdução apresenta o contexto, o desenvolvimento expõe os argumentos e a conclusão sintetiza as ideias principais." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A introdução é destinada exclusivamente à apresentação de argumentos.
- (B) A estrutura mencionada reflete a organização típica de um texto dissertativo.
- (C) A conclusão de um texto deve conter todos os argumentos apresentados no desenvolvimento.
- (D) O desenvolvimento é a parte do texto que contém apenas exemplos ilustrativos.
- (E) A estrutura apresentada é específica de textos narrativos e descritivos.

Letra b.

Assunto abordado: Organização estrutural dos textos.

- (A) Errada. A introdução apresenta o contexto e não se destina exclusivamente à exposição de argumentos.
- (B) Certa. A organização mencionada no texto é característica da estrutura de textos dissertativos.
- (C) Errada. A conclusão sintetiza as ideias principais, mas não precisa repetir todos os argumentos.
- (D) Errada. O desenvolvimento pode conter exemplos, mas seu objetivo principal é a exposição de argumentos.
- (E) Errada. A estrutura apresentada é típica de textos dissertativos, e não de narrativos ou descritivos.

5

"O discurso bem estruturado conecta ideias de maneira lógica e utiliza referências que dialogam com outros textos ou contextos." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) A coesão é suficiente para garantir a coerência de um texto.
- (B) A intertextualidade dispensa a necessidade de coesão e coerência no texto.
- (C) A coerência de um texto é alcançada exclusivamente pelo uso de conectores lógicos.
- (D) A coesão textual é definida pela inclusão de citações externas ao texto.
- (E) A intertextualidade ocorre quando o texto estabelece relações com outros textos ou contextos.

Letra e.

Assunto abordado: Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

- (A) Errada. A coesão é importante, mas, sozinha, não garante a coerência textual.
- (B) Errada. A intertextualidade é um recurso que complementa, mas não substitui, a necessidade de coesão e coerência.
- (C) Errada. A coerência não depende exclusivamente de conectores lógicos; ela é um resultado da relação semântica entre as ideias do texto.
- (D) Errada. A coesão textual é relacionada ao uso adequado de conectores e mecanismos de ligação, não à inclusão de citações externas.
- (E) Certa. A intertextualidade é definida pela relação que o texto estabelece com outros textos ou contextos, conforme indicado no texto base.

6

Para preparar o café, aqueça a água até quase ferver, adicione o pó e coe lentamente." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto é predominantemente descritivo, pois detalha as características do café.
- (B) Trata-se de um texto narrativo, pois descreve uma sequência de eventos com personagens.

- (C) O texto apresenta características argumentativas, defendendo uma opinião sobre como preparar café.
- (D) O texto tem caráter injuntivo, pois orienta o leitor sobre como realizar uma ação.
- (E) Trata-se de um texto expositivo, que explica teorias sobre o preparo de café.

Letra d.

Assunto abordado: Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.

- (A) Errada. O texto não descreve características do café, mas fornece instruções.
- (B) Errada. Não há elementos narrativos, como personagens ou enredo, no texto.
- (C) Errada. O texto não defende uma opinião ou apresenta argumentos sobre o preparo do café.
- (D) Certa. O texto tem caráter injuntivo, pois oferece orientações claras sobre como realizar uma ação.
- (E) Errada. O texto não apresenta explicações teóricas, mas instruções práticas, afastando-se do caráter expositivo.

7

"A tarde caía lentamente, tingindo o horizonte de tons alaranjados, enquanto o vento sussurrava histórias esquecidas." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um texto não literário, pois apresenta informações objetivas sobre o pôr do sol.
- (B) O texto exemplifica um relato técnico, voltado à descrição de um fenômeno natural.
- (C) É um texto literário, pois utiliza linguagem figurada para criar um efeito estético.
- (D) O texto caracteriza-se como instrucional, pois orienta o leitor a observar o pôr do sol.
- (E) Trata-se de uma crônica jornalística, com ênfase na objetividade e clareza da informação.

Letra c.

Assunto abordado: Textos literários e não literários.

- (A) Errada. O texto não apresenta informações objetivas, mas sim elementos estilísticos e poéticos.
- (B) Errada. Não se trata de um relato técnico ou objetivo, mas de um texto com linguagem figurada.
- (C) Certa. O texto é literário, evidenciado pelo uso de linguagem figurada e a criação de um efeito estético.
- (D) Errada. O texto não possui caráter instrucional ou injuntivo.
- (E) Errada. Não há características de uma crônica jornalística, como objetividade ou clareza informativa.

8

"A leitura, fonte de conhecimento, amplia horizontes." Considerando o texto, é correto afirmar que:

- (A) O deslocamento de "fonte de conhecimento" para o início da frase preserva o sentido original, mas altera a clareza do texto.
- (B) A substituição de "fonte de conhecimento" por "que é uma fonte de conhecimento" mantém o sentido original da frase.
- (C) A exclusão da expressão "fonte de conhecimento" não altera o sentido geral da frase.
- (D) A frase é incorreta, pois o termo "amplia" exige complemento direto explícito.
- (E) O termo "horizontes" pode ser deslocado para o início da frase sem prejuízo para o sentido original.

Letra b.

Assunto abordado: Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção.

- (A) Errada. O deslocamento de "fonte de conhecimento" compromete a fluidez, mas não necessariamente a clareza do texto.
- (B) Certa. A substituição por "que é uma fonte de conhecimento" mantém o sentido original, embora a estrutura da frase seja levemente alterada.
- (C) Errada. A exclusão de "fonte de conhecimento" compromete o sentido da frase, reduzindo sua riqueza semântica.
- (D) Errada. O verbo "amplia" está corretamente utilizado e não exige complemento direto explícito.
- (E) Errada. O deslocamento de "horizontes" para o início da frase altera significativamente sua estrutura e clareza.

9

O professor afirmou: "O estudo constante é a base para o sucesso." Com base no texto, é correto afirmar que:

- (A) O texto utiliza o discurso direto, pois apresenta a fala do professor de forma literal.
- (B) O texto apresenta o discurso indireto, pois adapta a fala do professor ao narrador.
- (C) Trata-se de discurso indireto livre, pois há interferência do narrador na fala do professor.
- (D) A fala do professor é parafraseada, configurando um caso de discurso citado.
- (E) O discurso exemplifica um relato, sem utilização de discurso direto ou indireto.

Letra a.

Assunto abordado: Tipos de discurso.

- (A) Certa. O texto emprega discurso direto, pois apresenta a fala do professor entre aspas, de forma literal.
- (B) Errada. O discurso indireto não está presente no texto, pois a fala do professor não foi adaptada ao narrador.

(C) Errada. Não há características de discurso indireto livre, já que a fala do professor é literal e independente do narrador.

(D) Errada. O texto não apresenta uma paráfrase, mas sim a transcrição literal da fala do professor.

(E) Errada. O texto claramente utiliza discurso direto, não configurando um simples relato.

10

"Compre já o novo smartphone com câmera de alta resolução e design inovador!" A principal função da linguagem predominante no texto é:

- (A) Metalinguística, pois reflete sobre o próprio código linguístico utilizado.
- (B) Referencial, por apresentar informações objetivas sobre o smartphone.
- (C) Conativa ou apelativa, pois busca persuadir o receptor a realizar a compra.
- (D) Emotiva, ao enfatizar as impressões pessoais sobre o produto anunciado.
- (E) Fática, já que testa a funcionalidade do canal de comunicação com o receptor.

Letra c.

Assunto abordado: Funções da linguagem.

- (A) Errada. Não há reflexão sobre o código da linguagem no texto, característica da função metalinguística.
- (B) Errada. Apesar de fornecer informações sobre o produto, o foco do texto é persuadir, não apenas informar.
- (C) Certa. A função predominante é conativa ou apelativa, pois o texto busca influenciar o comportamento do receptor.
- (D) Errada. A função emotiva não está presente, pois não há destaque para emoções ou sentimentos do emissor.
- (E) Errada. A função fática não se aplica, pois o texto não testa o canal de comunicação.

11

"Ao ligar o rádio, ouvi a mensagem: 'A previsão do tempo para hoje é de chuva intensa'." No texto apresentado, o elemento predominante na comunicação é:

- (A) O canal, pois o rádio é o meio que transporta a mensagem ao receptor.
- (B) O emissor, pois quem fornece a informação sobre a previsão do tempo é essencial.
- (C) A mensagem, pois o conteúdo transmitido é o foco principal do enunciado.
- (D) O código, já que a linguagem falada organiza e dá sentido ao enunciado.
- (E) O receptor, que interpreta e reage à mensagem recebida pelo rádio.

Letra a.

Assunto abordado: Elementos dos atos de comunicação.

- (A) Certa. O canal é o meio físico utilizado para transmitir a mensagem, e no caso, o rádio desempenha esse papel.
- (B) Errada. Embora o emissor seja importante, o destaque aqui é o rádio como canal da comunicação.
- (C) Errada. A mensagem é parte do processo, mas o foco da questão está no elemento que a transporta.
- (D) Errada. O código é relevante, mas não é o elemento central destacado pelo enunciado.
- (E) Errada. O receptor é o destinatário da comunicação, mas não o elemento principal na situação apresentada.

12

"O termo 'reencontro' revela uma ação repetida, com base na ideia de encontrar novamente algo ou alguém." Sobre o processo de formação da palavra "reencontro", é correto afirmar que:

- (A) É formada por composição, devido à junção de dois radicais independentes.
- (B) Trata-se de um exemplo de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.
- (C) Resulta de composição por aglutinação, pois há alteração fonética nos elementos combinados.
- (D) É um caso de derivação prefixal, pela adição do prefixo "re-" ao radical "encontro".
- (E) Configura um caso de hibridismo, já que combina elementos de línguas diferentes.

Letra d.

Assunto abordado: Estruturação e formação de palavras.

- (A) Errada. A palavra "reencontro" não é formada pela junção de radicais independentes, mas sim pela adição de um prefixo.
- (B) Errada. Não ocorre derivação imprópria, pois não há mudança na classe gramatical da palavra.
- (C) Errada. Não há aglutinação nem alteração fonética na formação da palavra.
- (D) Certa. A palavra é formada por derivação prefixal, com a adição do prefixo "re-" ao radical "encontro".
- (E) Errada. Não se trata de um caso de hibridismo, pois todos os elementos são do português.

13

"No cotidiano, é comum utilizarmos palavras abreviadas, como 'foto' em vez de 'fotografia'." Sobre o processo de formação da palavra "foto", é correto afirmar que:

- (A) Trata-se de um caso de abreviação, em que parte da palavra original é suprimida.
- (B) É formada por siglagem, pois condensa elementos iniciais das palavras que a originam.
- (C) Configura um caso de composição, pela união de dois radicais com alteração de significado.
- (D) Resulta de derivação imprópria, pois a classe gramatical foi alterada.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora